



Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de
Assistência Financeira a Portugal

ATA NÚMERO 30/XII (2.ª)

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de 2013, pelas 14 horas e 10 minutos, reuniu a Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal, na Sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

14h:00 — Audição com a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional (CGTP-IN);

15h:15 — Audição com a Confederação do Turismo Português - (CTP);

16h:30 — Audição com a Confederação do Comércio e Serviços de Portugal - (CCP);

17h:30 — Audição com a Confederação de Agricultores de Portugal - (CAP).

14h:00 — Audição da CGTP-IN, Confederação Geral de Trabalhadores Portugueses, para avaliar o andamento do processo de ajustamento e a realidade económico-financeira e social de Portugal

O Senhor Presidente deu início à audição saudando o Senhor Secretário-Geral da CGTP-IN, Arménio Carlos, e restante delegação, Senhores Aramando Farias, Carlos Trindade e Joaquim Dionísio, informando-os de que o objetivo da audição era o de auscultar a sensibilidade dos parceiros sociais sobre o modo como está a ser implementado o Memorando de Entendimento e apurar as consequências que está a ter no nosso país.

Depois de dar conhecimento da metodologia dos trabalhos e da grelha de tempos a ser utilizada, deu a palavra ao Secretário-Geral da CGTP-IN.

O Secretário-Geral da CGTP-IN referiu que, 50 dias após a aprovação do Orçamento do Estado, as previsões do Governo apontam que a recessão pode atingir os 2%, que vai haver um aumento significativo do desemprego, que a dívida pode atingir os 124% e que não se vai conseguir atingir as metas do défice; que no plano económico as



Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal

perspetivas não são nada boas e que no plano social o desemprego não pára de aumentar, com mais de metade dos desempregados a não receber subsídio de desemprego; que há um aumento do número de desempregados de longa duração e um aumento do desemprego juvenil; que, quer no sector público quer no sector privado, tem havido uma redução muito significativa dos rendimentos do trabalho e que há da parte deste Governo uma tentativa de bloqueio à concertação social e à saída das portarias de extensão; que houve uma diminuição significativa do consumo interno; que há uma grande diminuição das receitas do Estado porque os portugueses não têm dinheiro para consumir; e que houve um grande corte nas despesas sociais, que as pensões degradaram-se e que mais de 600 000 crianças deixaram de receber o abono de família. Concluiu afirmando que Portugal tem de renegociar a dívida para que possa produzir e criar riqueza para pagar aquilo que deve; que se torna necessário o delinear de uma visão estratégica para o desenvolvimento do País; que Portugal tem de aumentar a produção, apostar na formação profissional e na criação de condições para que as empresas tenham uma visão estratégica; e que o Governo tem de aumentar o salário mínimo nacional e os salários em geral para que as pessoas voltem a ter poder de compra.

Seguidamente usaram da palavra para tecer considerações e colocar questões os Deputados Clara Marques Mendes (PSD), Basílio Horta (PS), Cecília Meireles (CDS-PP) e João Ramos (PCP), tendo-se referido à recessão na zona euro, à forma como a CGTP analisa as avaliações positivas feitas até agora sobre o programa de assistência financeira a Portugal; aos níveis preocupantes do desemprego; às políticas de criação de emprego; ao plano de emergência social implementado pelo Governo; à crise económica e social e ao aumento da conflitualidade social; à necessidade de haver uma alteração de rumo, uma mudança de paradigma, uma mudança estrutural séria; à necessidade de ser feita, para além de uma avaliação quantitativa das metas, uma avaliação política das mesmas; à recapitalização da banca e ao papel fundamental do investimento privado; à defesa do sector produtivo e à destruição das funções sociais do Estado.

O Senhor Secretário-Geral da UGT respondeu no fim a todas as perguntas formuladas.



Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal

A reunião foi integralmente gravada em suporte áudio, encontrando-se o respetivo registo disponível para consulta aqui [20130222](#).

A reunião foi encerrada às 15 horas e 35 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

15h:15mn — Audição da CTP, Confederação do Turismo Português, para avaliar o andamento do processo de ajustamento e a realidade económico-financeira e social de Portugal

O Senhor Presidente deu início à audição saudando o Dr. Francisco Calheiros e a Dr.^a Adília Lisboa, informando-os de que o objetivo da audição era o de auscultar a sensibilidade dos parceiros sociais sobre o modo como está a ser implementado o Memorando de Entendimento e apurar as consequências que está a ter no País.

Depois de dar conhecimento da metodologia dos trabalhos, deu a palavra ao Dr. Francisco Calheiros, que se referiu aos seguintes pontos: que os objetivos do défice não foram cumpridos, não sendo expectável que o venham a ser em 2013 e 2014; que o crescimento económico foi mais recessivo do que o previsto; que a dívida pública continua a subir; que as taxas de desemprego são extremamente preocupantes; que o modelo implementado pelo programa de ajustamento não está minimamente a funcionar; que o Estado português tem de renegociar o empréstimo; que o capital de risco não está a funcionar e que não há financiamento para as empresas; que é necessário haver uma rapidez e flexibilização nos fundos comunitários; que é fundamental acelerar a reforma do Código do IRC; que não gostaria de ver sair da agenda política a TSU, fator de competitividade das empresas; que é necessário alterar o IVA do golfe e da restauração, fator de competitividade para o sector; que houve uma grande descida nos valores do turismo português e, de seguida, espanhol; que o diferendo entre os casinos e o Governo está a ter impactos muito negativos; que é fundamental privatizar a TAP e que o novo investidor tem de ter capacidade para fazer grandes investimentos na empresa; e, por último, que em todo este processo o Governo não se pode esquecer da questão da segurança.



Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal

Seguidamente usaram da palavra para tecer considerações e colocar questões os Deputados Virgílio Macedo (PSD), Basílio Horta (PS), João Gonçalves Pereira (CDS-PP) e João Ramos (PCP), tendo estes Deputados mencionado os efeitos da recessão europeia no turismo; o desemprego no sector do turismo; a diminuição do número de dias de estadia dos portugueses em férias; a redução da TSU; a necessidade de revisão do Código do IRC; o novo modelo de privatização da TAP e a competitividade dos aeroportos portugueses, com taxas mais reduzidas; as regiões de turismo; os investimentos pendentes no sector do turismo; a agilização dos processos de licenciamento; o IVA da hotelaria, turismo e golfe; a contribuição do turismo para as nossas exportações; e as expectativas de criação de emprego no sector.

O Dr. Francisco Calheiros respondeu no fim a todas as perguntas formuladas.

A reunião foi integralmente gravada em suporte áudio, encontrando-se o respetivo registo disponível para consulta aqui [20130222](#).

A reunião foi encerrada às 16 horas e 40 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

16h:30 mn: Audição da CCP, Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, para avaliar o andamento do processo de ajustamento e a realidade económico-financeira e social de Portugal

O Senhor Presidente deu início à audição saudando o Eng.º João Vieira Lopes e os restantes membros da delegação, Dr. Vasco Mello e Dr. José António Cortez, informando-os de que o objetivo da audição era o de auscultar a sensibilidade dos parceiros sociais sobre o modo como está a ser implementado o Memorando de Entendimento e apurar as consequências que está a ter no País.

Depois de dar conhecimento da metodologia dos trabalhos, deu a palavra ao Eng.º João Vieira Lopes, que se referiu aos níveis preocupantes do desemprego; às receitas fiscais abaixo do previsto; à falta de financiamento às empresas; ao aumento das despesas sociais; à necessidade de rever este excessivo modelo de ajustamento; à



Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal

brutal depressão económica; à necessidade de existirem novas medidas para o relançamento da atividade económica; à preocupação sentida com o tecido empresarial das PME; à necessidade de alterar as deficiências estruturais e de os credores internacionais perceberem que com este modelo não vamos conseguir pagar a dívida; a uma nova política económica que consiga relançar a economia no mercado externo, dando também alguma dinâmica ao mercado interno; ao errático modelo global implementado que conduziu a enormes desequilíbrios sociais e económicos; à necessidade de alterar a estrutura empresarial portuguesa e de diluir no tempo as condições dos credores (com mais tempo e menos juros); à aposta na qualificação da gestão das empresas; e, por fim, à falta de adaptação do programa de ajustamento à realidade portuguesa, tornando-se imperioso fazer uma abordagem política do mesmo porque com este modelo não vamos conseguir atingir as metas.

Seguidamente usaram da palavra para tecer considerações e colocar questões os Deputados Luís Leite Ramos (PSD), Vitalino Canas (PS), Cecília Meireles (CDS-PP) e João Ramos (PCP), que se debruçaram sobre a recuperação do potencial produtivo português; a dinamização do mercado interno; as avaliações positivas feitas até agora pela troika e suas consequências a nível da credibilidade e confiança; o balanço que a CCP faz do acordo tripartido feito pelo Governo; as medidas complementares que devem ser adotadas para evitar uma espiral recessiva; a necessidade da dimensão política ser valorada e de haver uma alavancagem da componente interna; as medidas que podem ser adotadas em outras áreas; a componente política da 7.ª avaliação e a avaliação qualitativa das medidas e das consequências que daí poderão advir; as medidas para dinamizar o investimento privado; a necessidade de reforçar o sector produtivo e se CCP está disponível para integrar um consenso nacional sobre esta matéria.

O Eng.º João Vieira Lopes respondeu no fim a todas as perguntas formuladas.

A reunião foi integralmente gravada em suporte áudio, encontrando-se o respetivo registo disponível para consulta aqui [20130222](#).

A reunião foi encerrada às 18 horas e 10 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de
Assistência Financeira a Portugal

**17h30mn: Audição da CAP, Confederação dos Agricultores de Portugal, para
avaliar o andamento do processo de ajustamento e a realidade económico-
financeira e social de Portugal**

O Senhor Presidente deu início à audição saudando as Dr.^{as} Cristina Morais e Ana Ferreira, informando-as de que o objetivo da audição era o de auscultar a sensibilidade dos parceiros sociais sobre o modo como está a ser implementado o Memorando de Entendimento e apurar as consequências que está a ter no País.

Depois de dar conhecimento da metodologia dos trabalhos e da grelha de tempos a ser utilizada, deu a palavra à Dr.^a Cristina Morais, que sublinhou que, apesar do bom desempenho das exportações, houve -2,6% de produção agrícola, um decréscimo na produção vegetal, um aumento da produção animal e um crescimento do consumo interno; que se verificaram quedas consecutivas do nível de empréstimos no sector agrícola; que as PME têm enormes dificuldades na obtenção de créditos; que é necessário existirem mecanismos que permitam superar as dificuldades de financiamento; que com a reforma laboral houve uma diminuição dos custos de trabalho e um aumento da produtividade; que a taxa de desemprego no sector é preocupante; que é imperativo simplificar os processos de licenciamento e melhorar os níveis de execução dos projetos do PRODER; que nesta área em concreto são necessárias políticas estáveis; que foi dado um contributo pelo sector agrícola para a empregabilidade e que está para breve a execução da bolsa de terras.

Seguidamente usaram da palavra para tecer considerações e colocar questões os Deputados Paulo Baptista Santos (PSD), Vitalino Canas (PS), Cecília Meireles (CDS-PP) e João Ramos (PCP), que se referiram ao quadro não muito positivo do sector agrícola; ao decréscimo da produção agrícola; ao pagamento atempado das ajudas diretas; ao crescimento do sector agroalimentar; à necessidade de se proceder a alguns ajustamentos económicos; aos 500 milhões de euros concedidos ao País para o desenvolvimento rural; às expectativas da Confederação quanto ao emprego jovem; ao próximo quadro financeiro plurianual; à internacionalização da agricultura e às políticas que estão a ser desenvolvidas nesta área; ao papel deste sector nas



Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal

exportações e no mercado interno; aos efeitos das medidas adotadas pelo Governo; aos projetos de apoio aos novos agricultores; ao número de trabalhadores imigrantes a trabalhar no sector agrícola; e à avaliação geral da evolução da empregabilidade.

As Dr.^{as} Cristina Morais e Ana Ferreira responderam no fim a todas as perguntas formuladas.

A reunião foi integralmente gravada em suporte áudio, encontrando-se o respetivo registo disponível para consulta aqui [20130222](#).

A reunião foi encerrada às 19 horas e 15 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 22 de fevereiro de 2013

O Presidente da Comissão

(Vieira da Silva)

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Basílio Horta
Cecília Meireles
Clara Marques Mendes
Duarte Pacheco
Fernando Medina
Fernando Virgílio Macedo
Luís Leite Ramos
Maria José Castelo Branco
Miguel Frasquilho
Miguel Freitas
Nuno Reis
Paulo Batista Santos
Vieira da Silva
Vitalino Canas
João Gonçalves Pereira
João Ramos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:



Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de
Assistência Financeira a Portugal

Carlos Abreu Amorim
Miguel Tiago
Pedro Jesus Marques
Pedro Nuno Santos
Pedro Pinto
Teresa Anjinho